

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
1.336.265 - SP (2018/0189203-8)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**EMBARGANTE : COMÉRCIO DE APARAS DE PAPEL NÁPOLES LTDA**  
**ADVOGADOS : MARCOS HAILTON GOMES DE OLIVEIRA - SP256543**  
**DOUGLAS AUGUSTO FONTES FRANÇA - SP278589**  
**EMBARGADO : EMBALAGENS JAGUARÉ LTDA**  
**ADVOGADO : VIVIANE DARINI TEIXEIRA - SP180472**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de divergência interpostos por COMÉRCIO DE APARAS DE PAPEL NÁPOLES LTDA contra acórdão da Terceira Turma, relatado pelo Ministro Marco Aurélio Bellizze, assim ementado:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS AFASTADA PELO TRIBUNAL ESTADUAL. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 85, §§ 2º E 14, DO CPC/2015. REFORMATIO IN PEJUS. NÃO CONFIGURAÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

- 1. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que os honorários advocatícios, enquanto consectários legais da condenação principal, possuem natureza de ordem pública, podendo ser revistos a qualquer momento e até mesmo de ofício, sem que isso configure reformatio in pejus. Precedentes.*
- 2. Agravo interno desprovido (e-STJ fl. 919).*

Defende o embargante a ocorrência de dissenso pretoriano quanto à possibilidade de alteração do valor dos honorários advocatícios em prejuízo do recorrente, sem que haja pedido da parte recorrida, e se tal medida configura ofensa aos princípios do *no reformatio in pejus* e do *tantum devolutum quantum appellatum*.

Para tanto, aponta como paradigma o REsp n. 1.159.479/RJ, da Primeira Turma, relatado pelo Ministro Luiz Fux.

Ao final, requer a atribuição de efeito suspensivo e, no mérito, o conhecimento e provimento dos embargos de divergência, em todos os seus termos.

É o relato do necessário.

A princípio está caracterizado o dissídio jurisprudencial entre os órgãos julgadores deste Superior Tribunal de Justiça, cabendo a admissão destes embargos de divergência.

Conquanto seja certo que os recursos, em regra, são desprovidos de efeito suspensivo (art. 995 do CPC), certo também o é que, na dicção do art. 300 do CPC, a tutela provisória de urgência poderá ser concedida quando houver elementos que evidenciem

# *Superior Tribunal de Justiça*

a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Todavia, no caso posto, não vislumbro a presença dos requisitos necessários à concessão da medida, sobretudo porque não restou demonstrado o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.

Indefiro, pois, o pedido de efeito suspensivo ao presente recurso.

Dê-se vista dos autos à parte embargada para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 267 do Regimento Interno desta Corte Superior.

Após, encaminhe-se o feito ao Ministério Público Federal, pelo prazo de 20 (vinte) dias, conforme o art. 266-D, do RI/STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator

